



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Segurança Pública



Nome / Name
**TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO
PENAFIEL**

Nome Social / Social Name

Registro Geral-CPF / Personal Number
061.369.609-31

Sexo / Sex
F

Data de Nascimento / Date of Birth
04/06/1956

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
GUARANIAÇU/PR

Validade / Expiry
INDETERMINADA

Teresinha
Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE

C10004546973



3032402482

Filiação / Filiation
BALBINA ANGELA DO NASCIMENTO

Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

Local / Place of Issue
SANTA HELENA/PR

Emissão / Issue
15/10/2024

Marcus Vinicius Da Costa Michelotto
Assinatura do Expedidor / Card issuer Signature
Marcus Vinicius Da Costa Michelotto
Diretor

IGB

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

303-24-02482





C10004546973



C10004546973

IDBRA061369609806136960931<<<2
5606049F8412313BRA<<<<<<<<<2
D<J<NASCIMENTOPENAF<<TERESINHA

CONTA

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

NOME DO CLIENTE

MATRÍCULA

TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO

NÚMERO

Nº LADO - Nº FRENTE

R GIRASSOL
002 L005

27

37

28

CEP

LOCAL

85.892-000 SANTA HELENA

ROTEIRO DE LEITURA

HIDRÔMETRO

CAT - RES - COM - IND - UTP - POP

241-04-19-050-53130

Y21AA0390318-4-1

011 001 - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Fúor	Coli. Totais	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	15	15	15	0	15	
Nº Amostras Realizadas	15	15	15	15	15	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	15	15	15	15	15	

Conclusão

Todas as amostras atenderam a legislação.

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2025	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	X	---	---	---	---

DESCRICAÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	SANEPAR(R\$)
MULTA AGUA	2,47
JUROS MORATORIOS	0,70
MULTA ESGOTO	0,19
AT. MONET. P/ ATRASO	0,18

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R\$ AGUA	TOTAIS AGUA	ESGOTO
RES Mínimo	5		52,33	41,86
De 6 a 10m3	5	1,62	8,10	6,48
De 11 a 15m3	4	9,02	36,08	28,86

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3										
10/24	11/24	12/24	01/25	02/25	03/25	04/25	05/25	06/25	07/25	08/25
12	10	13	20	17	12	11	14	10	12	11
DIAS DE CONSUMO		DATA LEITURA		LEITURA ANTERIOR		LEITURA ATUAL		CONSUMO/m3		REFERÊNCIA
30		05/09/2025		746		760		14		09/2025
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA				MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES				VENCIMENTO		
				11				19/09/2025		
PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA		ÁGUA		ESGOTO		SERVIÇOS		TOTAL		
07/10/2025		96,51		77,20		3,54		177,25		

EMAIL SANEPAR: ATENDIMENTOAOCLIENTE@SANEPAR.COM.BR
COMBATE AO MOSQUITO DA DENGUE: DEVER DE TODOS.

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 13,49

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

OBSERVAÇÕES NO VERSO

COMPROVANTE CLIENTE

82620000001-4 77250109202-1 50919340240-1 90092025019-9



CTRL:3402.4090.0925.0137

ROTEIRO:241-04-19-050-53130

B24A469725196A61A0D983714F5504158FFD87A02AD951866EEA9BB65E56CC36

3402.4090 09/2025 0 1 19/09/2025 177,25

MATRÍCULA REFERÊNCIA VENCIMENTO VALOR TOTAL

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

COMPROVANTE SANEPAR

PAGUE COM PIX



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

TURBIDEZ: ocorre devido às partículas em suspensão na água.
COR: ocorre devido às substâncias dissolvidas na água.
CLORO: produto químico utilizado para eliminar bactérias.
FLUOR: produto químico adicionado à água para prevenir a cárie dentária.
COLIFORMES TOTAIS: bactérias provenientes da natureza.

✚ **O Relatório Anual da Qualidade da Água** está disponível no site www.sanepar.com.br e pode ser solicitado pelo 0800-200-0115 e nas Centrais de Relacionamento.

✚ **De acordo com o Art. 4º da Lei 12.007/2009, o Histórico de Pagamentos, constante nesta conta, substitui as contas mensais para comprovação de quitação, relativos aos meses nela consignados, não quitando outros débitos anteriores ou posteriores aos indicados na conta, nem aqueles questionados judicialmente. Os meses que se encontram com o campo preenchido com a letra (X) significa que a conta está pendente, cancelada ou não existe conta para a referência e com a anotação "pago" que a conta está quitada.**

✚ **Autorize o débito automático da sua conta. Informe-se na sua agência bancária.**

✚ **Contas pagas após o vencimento há incidência de atualização monetária pela variação do IPCA entre as datas de vencimento e pagamento, multa de 2% e juros de mora de 0,033% ao dia, conforme o Art. 125 da Resolução 003/2020 - AGEPAR. A atualização monetária, multa e juros de mora serão incluídos em conta futura.**

✚ **O não pagamento da conta poderá ocasionar a suspensão do abastecimento, conforme estabelecido no Decreto Federal 7.217/2010 e implicará na sua inscrição no Cadastro Informativo Estadual - CADIN, conforme a Lei Estadual 18.466/2015.**

✚ **Informações sobre tarifas e onde pagar sua conta, acesse www.sanepar.com.br.**

✚ **Não há incidência de tributação estadual ou municipal nesta conta.**

✚ **É vedada a instalação de eliminador de ar, bomba de sucção ou elementos estranhos na ligação de água, bem como a derivação da tubulação, conexão cruzada, violação ou retirada dos lacres da ligação, conforme o Art. 10 da Resolução 003/2020 - AGEPAR.**

✚ **Para fazer a leitura do hidrômetro, anote somente os números pretos, desprezando os números vermelhos, se houver.**

✚ **Para comunicar vazamentos, solicitar ou cancelar serviços, informações sobre o bloqueio da cobrança da taxa de lixo, se houver, e outras informações ligue para 0800-200-0115 ou acesse www.sanepar.com.br.**

✚ **Todos os serviços prestados são lançados e faturados, exclusivamente, via conta. Caso solicitem qualquer valor em dinheiro em nome da Sanepar, não concorde e denuncie pelo site www.canalintegr.com.br/sanepar.**

✚ **Baixe o aplicativo Sanepar Mobile, disponível no Google Play e App Store.**

✚ **Mantenha seus dados cadastrais atualizados.**

✚ **Ouvindoria AGEPAR - telefone: 0800-644-2013.**

Mais informações para você ➡



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPROVANTE CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPROVANTE SANEPAR



1810741PVAA000000054321A



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome

JOSE DIAS PENAFIEL



CPF: 061.279.239-05

Matrícula

085910 01 55 2021 4 00013 168 0004792 31

Sexo Masculino	Cor Parda	Estado civil e idade Casado, 73 anos **
--------------------------	---------------------	---

Naturalidade Laranjeiras do Sul-PR **	Documento de identificação 9.665.069-8/SSP/PR **	Eleitor Não
---	--	-----------------------

Filiação e residência
MARIA DOS SANTOS, já falecida., O falecido era residente e domiciliado à Rua Lírio, Esq. com Girassol, n° 05, Conjunto Habitacional Natureza, em Santa Helena-PR **

Data e hora do falecimento Sete de agosto de dois mil e vinte e um, às 16h 40min **	Dia 07	Mês 08	Ano 2021
---	------------------	------------------	--------------------

Local do falecimento
PAM Pronto Atendimento Municipal, à Rua Angelo Cattani, n° 4331, Centro, em Santa Helena-PR **

Causas
Insuficiência respiratória aguda, Metastase pulmonar, Câncer de bexiga, Hipertensão arterial, D.M. tipo 2 **

Sepultamento / Cremação (Município e cemitério, se conhecido) Cemitério Municipal de Santa Helena/PR **	Declarante TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO PENAFIEL **
---	--

Nome e número de documento do médico que atestou o óbito
Dr. Karel Romero Vallejo, CRM n° 39.508 **

Averbações/Anotações à acrescentar
Nascido em 04 de junho de 1948. Pela declarante foi-me dito, que o falecido deixou bens a inventariar e não deixou testamento conhecido, sabendo que o mesmo não era eleitor. Deixou viúva a Sra. TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO PENAFIEL e quatorze (14) filhos maiores: MARIA com 50 anos, JANINHA com 45 anos, GEOVANE com 43 anos, LUIS com 40 anos, IVETE com 40 anos, VERA com 39 anos, JOSENIR com 39 anos, CRISTIANO com 37 anos, ROSANE com 35 anos, ADRIANO com 30 anos, RAFAEL com 28 anos, JULIANA com 26 anos, LEANDRO com 26 anos e GRACIELE com 23 anos. Apresentado a Declaração de Óbito do Ministério da Saúde n° 31837184-7, Certidão de Casamento N° 1898, Folhas 056, Livro B-05, lavrada no Cartório de Registro Civil - Distrito de São Clemente, Santa Helena-PR, Benefício do INSS n° 156412230-9. Custas Isentas(Lei Federal 9.534/97). **

Anotações de cadastro				
Tipo documento	Número	Data expedição	Órgão expedidor	Data de validade
RG	9.665.069-8	03/09/2002	SSP/PR	-----
CEP residencial	85.892-000		Grupo Sanguíneo	---

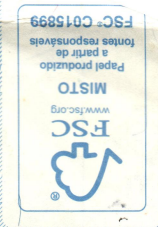
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Oficial Registrador Luiz Carlos de Camargo - Oficial
Município e Comarca / UF Município e Comarca de Santa Helena - Estado do Paraná
Endereço Rua J.M. Madalozzo, n° 580, Sala 01, Centro CEP: 85.892-000 - Fone: (45)3268-3713

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Santa Helena-PR, 11 de agosto de 2021.

Eduardo Felipe da Costa
Escrevente Substituto Legal



MATRICULA	
PADRAO	
DETALHAMENTO DA MATRICULA	
CODIGO NACIONAL DA SERVENTIA (IDENTIFICACAO UNICA DO CARTORIO)	
01 - ACOERVO PROPRIO	
OUTROS - ACOERVOS INCORPORADOS	
TIPO DE SERVICO PRESTADO, SENDO:	
51. SERVICO DE NOTAS	
52. SERVICO DE PROTESTO DE TITULOS	
53. SERVICO DE REGISTRO DE IMOVEIS	
54. SERVICO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTO CIVIL DE PESSOA JURIDICA	
55. SERVICO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARIITIMOS	
56. SERVICO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARIITIMOS	
57. REGISTRO DE DISTRIBUICAO	
ANO DO REGISTRO	
TIPO DO LIVRO, SENDO:	
1. LIVRO A (NASCIMENTO)	
2. LIVRO B (CASAMENTO)	
3. LIVRO C (OBITO)	
4. LIVRO D (REGISTRO DE CASAMENTO PARA FINS CIVIS)	
5. LIVRO E (REGISTRO DE PROCLAMACAO)	
6. LIVRO F (DEMAIS ATOS RELATIVOS AO REGISTRO CIVIL)	
7. LIVRO G (DEMAIS ATOS RELATIVOS AO REGISTRO CIVIL)	
NUMERO DO LIVRO	
NUMERO DA FOLHA	
NUMERO DO TERMO	
DIGITO VERIFICADOR	

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB Nº 990551-0

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avençados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convencionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e aos beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na “Declaração de Analfabeto”, que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.

2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:

2.1.1 ESTADO DO PARANÁ, denominado **PROPOONENTE**.

2.1.2 MUNICÍPIO, denominado **INTERVENIENTE**.

2.1.3 BENEFICIÁRIO(A) e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria nº 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

2.1.4 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item "g" do Anexo I – Quadro Resumo.

2.1.5 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

2.1.6 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR, doravante simplesmente denominado **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 Constituem objeto do presente:

3.1.1 a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item "g" do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

3.1.2 as condições e procedimentos para o repasse, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** e pelo **ESTADO PROPONENTE**, e as demais obrigações das partes contratantes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens "i.1" a "i.9" do Anexo I – Quadro Resumo.

4.1.1 Contrapartida – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, nas formas discriminadas nos itens "j.3" e "j.4" do Anexo I – Quadro Resumo, e pelo **ESTADO PROPONENTE**, nas formas discriminadas nos itens "j.1" e "j.2" do Anexo I – Quadro Resumo, como condições prévias ao repasse mencionado no item "j. 6" – **subvenção federal** do mesmo anexo.

Obs.: Somente neste item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

4.1.2 Subvenção econômica federal – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item "j.6" do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens "j.2", "j.4" e "j.6" desta cláusula sejam repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

O **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente;

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, através de documentação pertinente, conforme itens "i.1" a "i.7" e "i.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "j.3 e j.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

O **ESTADO PROPONENTE** se compromete aportar contrapartida por recursos financeiros discriminados nos itens "j.1 e j.2" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, através da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, na forma e prazos avençados entre estes previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

6.1 A composição do investimento, evidenciada na alínea "i" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO

O valor total de investimento, descrito na alínea "j.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIOS INTERVENIENTE** e pelo **ESTADO PROPONENTE**, acrescido da subvenção federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "e" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "g" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global**, a **preço fechado** descrito no item "i.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

§2º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, na qualidade de responsável técnica(o) pela execução da obra e suas respectivas garantias inclusive, nos termos do artigo 618 do Código Civil, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** – esta, na qualidade de Agente fiscalizadora e responsável solidária – isentam a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e o **ESTADO PROPONENTE** de qualquer responsabilidade advinda da execução da obra e da edificação, presente ou futura, bem como por eventuais defeitos constatados nas edificações, qualquer que seja o motivo e/ou a origem, durante e após sua construção.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.
- III. Fornecer, à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como cadastro financeiro e técnico

Terenzia

[assinatura]

[assinatura]

que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.

- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.
- VI. Apresentar quando exigido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, **ENTIDADE ORGANIZADORA**, **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** e **ESTADO PROPONENTE** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, o **ESTADO PROPONENTE** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** não poderão ser responsabilizados por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.

§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.

Terluznik

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante (anexo 2), somente será repassada à construtora, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO

A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "j.2", "j.4" e "j.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO INTERVENIENTE, ESTADO PROPONENTE** e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento (anexo 2) e mediante solicitação da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.

CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO PROPONENTE

São obrigações do **ESTADO PROPONENTE**:

- I. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro da obra (anexo 2).

CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA

São obrigações da **ENTIDADE ORGANIZADORA**:

- I. Auxiliar o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- II. Auxiliar o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- III. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- IV. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** dos seus projetos habitacionais padrões;
- V. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- VI. Para cumprimento de suas atribuições, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;

- VII. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Incumbe ao **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**:

- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
 - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
 - Sistema de abastecimento de água;
 - Solução de esgotamento sanitário;
 - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;
- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade.
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "j.3" e "j.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO** e o **ESTADO PROPONENTE** ficam, desde já, isentos de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbacão, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

CLÁUSULA QUINZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:

- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.

- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, **ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA OUTORGA DO MANDATO

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item “e” do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS DECLARAÇÕES

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item “f” do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;
- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação.

f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas;

CLÁUSULA DEZENOVE – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades, do **ESTADO PROPONENTE** e do **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas “j.2”, “j.4” e “j.6” do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** se comprometem a fiscalizarem a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanharem todas as medições das obras realizadas e sempre manifestando concordância por escrito, a cada pedido de repasse de recursos à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo “Termo de Recebimento da Unidade Habitacional”, devidamente assinado pelo beneficiário, pelo **MUNICÍPIO INTERVENIENTE**, e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalonamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, elaborado pela **ENTIDADE ORGANIZADORA** e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, para que esta as solicite à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

CLÁUSULA VINTE – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO INTERVENIENTE** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea “j7” do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres da

Terezinho

[Assinatura]

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO, para devolução ao Ministério das Cidades e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO – Cooperativa Central De Crédito Rural Com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.401.771/0001-53, sediada na Rua Nossa Senhora da Glória, 52 A – Bairro Cango, CEP 85.604-090 Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Vanderley Ziger, portador da cédula de identidade RG nº 4.178.812-7e inscrito no CPF sob nº 847.101.019-49 e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Alzimiro Thomé, portador da cédula de identidade RG nº 4.332.841-7e inscrito no CPF sob nº 589.434.559-68.

b) PROPONENTE - ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.416.940/0001-28, com sede administrativa em Curitiba, neste ato representado por seu Governador Carlos Alberto Richa, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 1.807.391-9 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 541.917.509-68.

c) INTERVENIENTE - MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, inscrito no CNPJ sob o nº 76.206.457/0001-19, sediado na Rua Paraguai, 1401 - CEP 85892-000, neste ato representado pela sua Prefeita, Sra. Rita Maria Schmidt, portador da cédula de identidade RG nº 1.497.554-3/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 431.049.329-72.

d) ENTIDADE ORGANIZADORA- Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 - 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 - 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 - 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 - 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 - 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 - 00.

e) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – CONCLAMA CONCESSIONÁRIA CLARET DE MEIO AMBIENTE LTDA - CONCLAMA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.256.984/0001-90, com sede na Avenida Dr. Izoel Portes, nº 19.445, 14 de Novembro – Cascavel/PR, representada na forma de seu Sócio, Sr. Célio Claret da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 677.906-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 186.328.079-00.

f) BENEFICIÁRIO(A) – Teresinha de Jesus Nascimento, casada, portador(a) do documento de identificação RG nº 9.665.065-5 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 061.369.609-31; **CÔNJUGE** – Jose Dias Penafiel, portador(a) do documento de identificação RG nº 9.665.069-8 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 061.279.239-05.

g) IMÓVEL OBJETO DESTE INSTRUMENTO – Unidade Habitacional (isolada) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “f” deste anexo.

h) PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL: 12 Meses

i) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):

j) CONTRAPARTIDA

i1. Terreno	R\$ 500,00	i6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	j1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
i2. Projeto	R\$ 0,00			j2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
i3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	i7. Infraestrutura	R\$ 200,00	j3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
i4. Terraplanagem	R\$ 100,00	i8. Edificação	R\$ 30.000,00	j4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
i5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00	i9. Trabalho Social	R\$ 100,00	j5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				j6. Subvenção	R\$ 25.000,00
i10. Composição do Investimento (i1+i2+...+i9)			R\$ 31.000,00	j7. Valor Investimento Total (j5+j6)	R\$ 31.000,00

l) DA OUTORGA DE MANDATO: o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução, tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

m) DO FORO: Fica eleito o foro do lugar do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 6(seis) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Santa Helena,

de

de 2012

COHAPAR
Companhia de Habitação do Paraná


MOUNIR CHAOWICHE
DIRETOR PRESIDENTE

MOUNIR CHAOWICHE
Diretor – Presidente da **COHAPAR**


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO

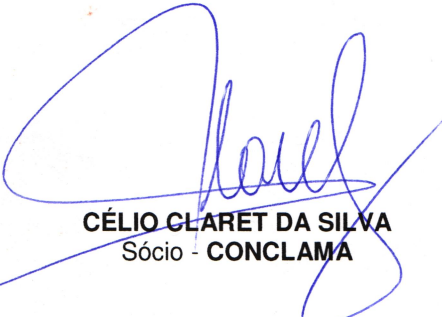
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do **ESTADO DO PARANÁ**

COHAPAR
Companhia de Habitação do Paraná

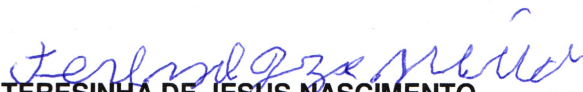

LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO
Diretor de Programas e Obras - **COHAPAR**


RITA MARIA SCHMIDT
Prefeita Municipal de **SANTA HELENA**


CÉLIO CLARET DA SILVA
Sócio - **CONCLAMA**


VANDERLEY ZIGER
Diretor – Presidente da **CENTRAL CRESOL BASER**


TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO
Beneficiário(a)


JOSE DIAS PENAFIEL
Cônjuge

Ellen B. Santos

TESTEMUNHA 1

NOME:
CPF:

Ellen Bruna dos Santos
.059-24

Ellen Bruna dos Santos
CPF: 088.048.059-24

Marcelo Tsukuda

TESTEMUNHA 2

NOME:
CPF:

Marcelo Tsukuda
CPF: 082.088.969-27

ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO DA OBRA

Obra Desenvolvimento Físico	0%	15%	40%	65%	100%
Desembolso Financeiro Contrapartida - ESTADO	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARANTE:

NOME: TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO PENAFIEL	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
ESTADO CIVIL: VIÚVA	
PROFISSÃO: APOSENTADA	
RG: 061.369.609-31 SESP/PR	CPF: 061.369.609-31
ENDEREÇO: RUA GIRASSOL, Nº 27, CONJUNTO NATUREZA, SANTA HELENA/PR	
TELEFONE: (45)99927-3235 (45)99982-1592	

DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que minha renda familiar é de até 05 (cinco) salários mínimos, conforme art. 1º do Provimento 02/2022 do Moradia Legal e que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, Lei nº 1.060/1950 (Estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados) e art. 98 e seguintes da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Santa Helena - PR, 25 de setembro de 2025

DECLARANTE

TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO
PENAFIEL

X 

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

NOME: TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO PENAFIEL	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
ESTADO CIVIL: VIÚVA	
PROFISSÃO: APOSENTADA	
RG:061.369.609-31 SESP/PR	CPF: 061.369.609-31
ENDEREÇO: RUA GIRASSOL, Nº 27, CONJUNTO NATUREZA, SANTA HELENA/PR	
TELEFONE: (45)99927-3235 (45)99982-1592	

OUTORGADO: CARLOS EDUARDO VALENTIN WARKEN regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná sob o nº 122.617.

PODERES: Concedendo-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato para o foro em geral, com cláusula "Ad Judicia", atuar em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, valendo-se de recursos legais, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes ainda os especiais poderes para receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber valores e/ou levantar Requisição de Pequeno Valor e/ou Alvarás, dar quitação, firmar compromisso, pedir gratuidade da justiça, solicitar documentos e/ou cópias, solicitar cópia e acompanhar processos administrativos em qualquer repartição pública, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para o especial fim de promover a regularização do(s) imóvel(eis) em nome do outorgante, através do Programa Moradia Legal.

Santa Helena - PR, 25 de setembro de 2025

OUTORGANTE

TERESINHA DE JESUS NASCIMENTO
PENAFIEL

X *Teresinha*